

Elétricas já perderam R\$ 34 bilhões do valor de mercado desde setembro

# Elétricas já perderam R\$ 34 bilhões do valor de mercado desde setembro

**Renée Pereira**

Uma forte crise de confiança tem abalado o setor elétrico brasileiro e colocado em risco investimentos na expansão do parque gerador. Desde a edição da Medida Provisória 579, em setembro, com as regras de renovação das concessões, o governo publicou uma série de decretos, resoluções e portarias envolvendo mercado livre, distribuidores e geradores que podem ter efeito negativo em várias áreas, afirmam especialistas.

A turbulência atingiu em cheio as ações do setor. Levantamento da empresa de informa-

ção financeira Economática mostra que, após a MP, as elétricas já perderam R\$ 34 bilhões do valor de mercado, sendo R\$ 8,7 bilhões da Eletrobrás e R\$ 8,4 bilhões da Cemig. O resultado preocupa diante da necessidade de investimentos do setor nos próximos anos, afirma o analista de um grande banco de investimentos, que prefere não se identificar. Até 2021, a capacidade instalada no País terá de ser ampliada em 58%, para 182 mil MW.

Desde 2004, quando o modelo elétrico foi implementado pela presidente Dilma Rousseff, então ministra de Minas e Energia, o setor não vivia sob tanta pressão. "Hoje o setor está muito instável. Algumas medidas têm motivações que não necessariamente

seguem a lógica econômica, mas política", afirma o sócio da comercializadora Compass, Marcelo Parodi.

Em parte das decisões, um dos objetivos foi evitar que a queda média de 20% nas tarifas obtida com a renovação das concessões fosse corroída, por exemplo, pelo alto custo das térmicas a óleo – essas unidades tiveram de aumentar a produção por causa do baixo volume de chuvas que derubou o nível dos reservatórios.

Para não repassar os custos ao consumidor, conforme já explicou o ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, o governo decidiu usar o Tesouro para capitalizar a Conta de Desenvolvimento Econômico (CDE) e pagar as distribuidoras – ou seja, o brasi-

leiro vai pagar não como consumidor, mas como contribuinte. Além disso, criou uma fórmula para ratear com todos integrantes do setor os custos das térmicas entre abril e julho. A medida é questionada pelas geradoras, que ameaçam ir à Justiça.

"Se não há racionalidade econômica, elétrica, regulatória ou a de aprofundar a confiança do setor, não vejo outra justificativa plausível senão interpretar as decisões como um apelo das urnas", diz o presidente do Instituto Acende Brasil, Claudio Sales. Desde a MP, o setor vive um vaivém de medidas sem fim. A redução das tarifas é legítima. O problema é que as decisões apenas vão adiar o repasse ao consumidor, avaliam especialistas.

Renée Pereira

Uma forte crise de confiança tem abalado o setor elétrico brasileiro e colocado em risco investimentos na expansão do parque gerador. Desde a edição da Medida Provisória 579, em setembro, com as regras de renovação das concessões, o governo publicou uma série de decretos, resoluções e portarias envolvendo mercado livre, distribuidores e geradores que podem ter efeito negativo em várias áreas, afirmam especialistas.

A turbulência atingiu em cheio as ações do setor. Levantamento da empresa de informação financeira Economática mostra que, após a MP, as elétricas já perderam R\$ 34 bilhões do valor de mercado, sendo R\$ 8,7 bilhões da Eletrobrás e R\$ 8,4 bilhões da Cemig. O resultado preocupa diante da necessidade de investimentos do setor nos próximos anos, afirma o analista de um grande banco de investimentos, que prefere não se identificar. Até 2021, a capacidade instalada no País terá de ser ampliada em 58%, para 182 mil MW.

Desde 2004, quando o modelo elétrico foi implementado pela presidente Dilma Rousseff, então ministra de Minas e Energia, o setor não vivia sob tanta pressão. "Hoje o setor está muito instável. Algumas medidas têm motivações que não

necessariamente seguem a lógica econômica, mas política", afirma o sócio da comercializadora Compass, Marcelo Parodi.

Em parte das decisões, um dos objetivos foi evitar que a queda média de 20% nas tarifas obtida com a renovação das concessões fosse corroída, por exemplo, pelo alto custo das térmicas a óleo - essas unidades tiveram de aumentar a produção por causa do baixo volume de chuvas que derrubou o nível dos reservatórios.

Para não repassar os custos ao consumidor, conforme já explicou o ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, o governo decidiu usar o Tesouro para capitalizar a Conta de Desenvolvimento Econômico (CDE) e pagar as distribuidoras - - ou seja, o brasileiro vai pagar não como consumidor, mas como contribuinte. Além disso, criou uma fórmula para ratear com todos integrantes do setor os custos das térmicas entre abril e julho. A medida é questionada pelas geradoras, que ameaçam ir à Justiça.

"Se não há racionalidade econômica, elétrica, regulatória ou a de aprofundar a confiança do setor, não vejo outra justificativa plausível senão interpretar as decisões como um apelo das urnas", diz o presidente do **Instituto Acende Brasil**, **Claudio Sales**. Desde a MP, o setor vive um vaivém de medidas sem fim. A redução das tarifas é legítima. O problema é que as decisões apenas vão adiar o repasse ao consumidor, avaliam especialistas.